

O DIÁLOGIO IGUALITÁRIO NA PARTICIPAÇÃO DE FAMILIARES E ESTUDANTES: O DIREITO À EDUCAÇÃO EM ESCOLAS COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM

Maria Cecília Luiz – UFSCar
cecilialuiz@ufscar.br

Resumo: Compreendemos que participar está relacionado com a possibilidade de ação da comunidade local e escolar, e é por meio da participação que podemos construir uma sociedade democrática. As escolas Comunidades de Aprendizagem (C.A.) têm buscado a melhoria da qualidade de ensino e a sua democratização, com vistas a assegurar o direito à educação. Nesta pesquisa, evidenciamos por meio da ação dialógica, o que estudantes e seus familiares entendem por participação, e o que tem facilitado e obstaculizado suas ações na escola. A participação tem sido um processo enriquecedor no âmbito dessas escolas.

Palavras-chave: participação de estudantes e familiares; aprendizagem dialógica; escolas comunidades de aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Levando em conta a atual conjuntura mundial e o delineamento das políticas públicas educacionais brasileiras, esta investigação teve como objetivo refletir sobre a gestão democrática, principalmente, no que tange às formas de participação da comunidade (estudantes e seus familiares). Para tanto, nos utilizamos do conceito de aprendizagem dialógica e da metodologia comunicativa crítica, referenciais teóricos referendados pelo Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (NIASE/UFSCar), que desenvolve uma pesquisa em três escolas municipais do Ensino Fundamental que são Comunidades de Aprendizagem (C.A.), em São Carlos/SP.

Esta investigação do NIASE/UFSCar, financiada pelas agências de fomento FAPESP e CNPq, está dividida em cinco eixos de trabalho: (1) aprendizagem de leitura e escrita, (2) práticas de aprendizagem dialógica, (3) condições socioambientais do entorno, (4) condições de trabalho e (5) Gestão Escolar. Este último eixo, que é o foco do nosso trabalho, será relatado neste artigo. Além da integração entre os eixos, houve um processo de formação¹ de pesquisadoras e pesquisadores na ACIEPE², denominada “Comunidades de Aprendizagem: articulação entre escola e comunidade”.

Esta ACIEPE teve como meta divulgar o que estava acontecendo nas escolas Comunidades de Aprendizagem, de maneira dialógica, potencializando estudos sobre as

teorias que dão base a pesquisa, e possibilitando a troca de experiências entre educadores da rede municipal e profissionais da universidade. Uma das perspectivas das escolas Comunidades de Aprendizagem é gerar transformação a partir da participação, e esta deve acontecer por meio da prática do diálogo entre professores, funcionários, pais, alunos e toda a comunidade em decisões e projetos da instituição. O eixo gestão escolar teve como alvo descrever e analisar, em conjunto com agentes educativos e estudantes, o desenvolvimento e o impacto de situações de participação da comunidade nas decisões destas três escolas (conselho de escola, comissão gestora, comissões mistas).

GESTÃO DEMOCRÁTICA: DOMÍNIOS LEGAIS E SOCIAIS

Se pensarmos na sociedade atual, em que o individualismo e a concorrência são características predominantes, fica difícil concebermos um espaço no qual a democracia, a participação e o diálogo sobrepujam. Sem aprendizado, o exercício da participação e tomadas de decisões não mudam a realidade, trata-se de um processo que deve ser construído coletivamente, por meio do diálogo igualitário. A gestão democrática e sua efetiva implantação em estabelecimentos públicos de ensino, sucedeu-se sob a égide de duas perspectivas: a primeira, esteve pautada nos movimentos sociais e políticas públicas da década de 80, que resultou na Constituição de 1988. E, a segunda, moldada pelo neoliberalismo, foi denominada gestão por resultados, conhecida como *gerencialista* ou *managerialista*.

A respeito da primeira, verifica-se que no começo da década de 80 têm início um processo de retomada da democracia e da reconquista dos espaços políticos que a sociedade civil brasileira havia perdido. Os movimentos sociais centravam-se na consolidação e na conquista de novos espaços de participação na esfera do Estado. Estes se fortaleceram com a Constituição de 1988, que estabeleceu a democracia participativa por meio de conselhos de co-gestão nas diferentes esferas de atuação do estado (conselho de educação, saúde, de assistência social etc.). Os princípios defendidos, de igualdade de condições, para o acesso e permanência dos(as) alunos(as) na escola propiciaram um novo entendimento para a educação, esta agora tinha um fator de realização da cidadania, com padrões de qualidade de oferta e produto, na luta contra a superação das desigualdades sociais e da exclusão. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), não só confirmava como também materializava a garantia do direito público subjetivo à educação, determinando a eliminação de toda e

qualquer forma de discriminação para a matrícula ou permanência na escola. Isso garantiria ao estudante brasileiro o direito de aprender, de prosseguir seus estudos, com um ensino de qualidade.

Para tais alterações, teve-se como meta a descentralização da administração escolar, com formas de gestão democrática, garantindo por meio de colegiados a participação de professores, de funcionários, de alunos e seus pais nas decisões da escola. Destaca-se a importância do entendimento da sociedade civil, neste momento histórico, de compartilhar as decisões na escola, garantindo a participação de todos. Em consonância com a Constituição Federal, outras leis e decretos foram se regularizando para a implantação da gestão democrática. Um exemplo disso foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, que no artigo 14º, declara a importância da “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, e da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

Na contramão destas mobilizações, no início dos anos 90, não só por causa da crise econômica, mas também pelo esgotamento do modelo de Estado brasileiro, o pensamento neoliberal, alicerçado na defesa da sociedade de livre mercado, tornou-se referência para a redefinição do papel do Estado. Assim, alguns termos aparecem associados à idéia de participação como: gestão do Estado por governança, poder local (*empowerment*), *accountability*³ etc. Neste novo contexto, também, surgem as organizações não-governamentais, o chamado Terceiro Setor.

Neste contexto, os ideais da Constituição de 1988 são negligenciados, e surge o discurso da modernização educativa e da qualidade do ensino. Esta proposta neoliberal discute a qualidade da formação do trabalhador com base na formação de competências, sendo estas imprescindíveis para a atuação destes operários em um mercado competitivo. Com este novo discurso, a gestão é concebida de forma gerencialista ou *managerialista*, aproximando a administração empresarial da administração escolar. Esta lógica “gerencialista” entende que a educação deve ter seu foco centralizado na qualidade de resultados, sendo este compreendido como sucesso na aprendizagem (CASASSUS, 2002, p.57). Em outras palavras, uma boa gestão escolar está relacionada à escola ter bons índices de aprovação e baixos índices de evasão. Ao aproximar a concepção de qualidade da

educação com o discurso de eficácia e eficiência administrativa, a figura do diretor tornou-se fundamental no gerencialismo, pois é ele o responsável pelos índices mensuráveis por meio de avaliações externas. Atualmente vemos esse tipo de controle de qualidade dentro das escolas públicas, que se empenham substancialmente para liderarem o ranking de qualidade com a intenção de receberem “prêmios” traduzidos em repasses financeiros às escolas.

Segundo Ferreira (2000), embora, na década de 90, as parcerias tenham se multiplicado e a preocupação com os índices e resultados fossem exaltados, os projetos político-pedagógicos das escolas e a qualidade do ensino nem sempre apresentaram grandes modificações. Seu grande desafio é com relação à função social que exerce, que é a de assegurar a todos e todas a permanência com a aquisição de aprendizagens significativas, oportunidades de exercício da cidadania, desenvolvimento das potencialidades de cada um, com preparo básico para o mundo do trabalho. Para a autora (2000) precisamos pensar juntos os problemas de acesso e permanência, com sucesso dos alunos na escola, ajudando a encontrar soluções que sejam mais adequadas às suas necessidades tão diversas, e é nesta hora que entra a participação da comunidade. É preciso criar um ambiente acolhedor para ouvir o que a população tem a dizer sobre o que espera do ensino.

PARTICIPAÇÃO E DIÁLOGO IGUALITÁRIO

Sabemos que a modificação de um paradigma nem sempre contempla o cotidiano escolar, por isso consideramos que a concepção de gestão educacional, ou mesmo o entendimento de gestão democrática são conceitos que, sozinhos, não garantem a democratização dos sistemas de ensino. Podemos construir uma sociedade mais democrática por meio da participação, da discussão e do diálogo, mas para isso, faz-se necessário que a escola abra caminhos para a conscientização da população por meio de práticas que levem a construir uma consciência crítica. Esse exercício se dá com a participação efetiva de vários segmentos da escola e da comunidade, com eles opinando em decisões, tendo voz para argumentar o que pensam, e não apenas restritos a meros espectadores.

Garantir a participação de todos não significa ter os conselhos de escola apenas funcionando de forma legal. Segundo Luiz e Conti (2007), um dos grandes desafios, por exemplo, tem sido a questão da representação. A falta de tempo e de local para os representantes e representados se reunirem, para acordarem sobre os assuntos relacionados à

escola, tem sido um problema real nestas representações. Geralmente, em conselhos de escola, temos representantes que defendem apenas os seus interesses, esquecendo-se do coletivo.

Pensando em entraves como este, da democracia representativa, e tantos outros relacionados à participação que as escolas Comunidades de Aprendizagem (C.A.) vêm buscando soluções viáveis para que a liderança não pense a escola sozinha. Nesse sentido, Comunidades de Aprendizagem (C.A.) busca gerar transformação a partir da participação.

A concepção do que são escolas Comunidades de Aprendizagem (C.A.) nasce no CREA (Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades), na Universidade de Barcelona-Espanha. As escolas C.A., em outros países (EUA e Espanha), tiveram início na década de 80, não como uma metodologia, mas como forma de resolverem o distanciamento entre escola e comunidade. As escolas que são Comunidades de Aprendizagem têm como base as teorias de Habermas (HABERMAS, 1987), e Paulo Freire (FREIRE, 1967, 1991, 1993, 1994, 1996, 2006).

Segundo Mello (2002), a concepção de aprendizagem dialógica, se aplica por meio do diálogo igualitário, como base para todas as relações, em que todas *as idéias têm o mesmo valor*. A grande diferença entre a gestão democrática de uma escola C.A. e as demais está na hora em que se toma de decisões coletivas; assim, para as escolas C.A. a melhor proposta é aquela que tiver o *melhor argumento*. A partir dos sete conceitos da aprendizagem dialógica, todos têm o mesmo poder de decisão, optando por aquilo que é melhor para o grupo. Ao vivenciarmos uma prática de aprendizagem dialógica possibilitamos que todos e todas tenham direitos iguais, e de que existam maneiras diversas para cada pessoa exercer plenamente seus direitos.

Para Flecha (1997), devemos considerar as diversas perspectivas em função da validade dos argumentos, procurando não considerar os cargos ou funções que as pessoas exerçam. Diferentemente da conduta que estamos acostumados, este critério de escolha torna-se distinto das relações em geral, em que sempre se aceita a proposta de quem procede de um órgão público ou de destaque e/ou de um indivíduo que ocupe lugar de poder, ou ainda, como na democracia, a que foi mais votada.

O conceito de participação é fundamentado no de autonomia (capacidade das pessoas e grupos conduzirem suas vidas), e no de organização escolar, com objetivos coletivos e compartilhados. Uma escola pode ser diferenciada pela sua autonomia, pela forma como

descentraliza a sua gestão, como delibera e executa um planejamento compatível com as realidades locais, todos e todas devem acreditar que o processo educacional é algo a ser construído por meio de participação ativa. Quando existe este diálogo, as pessoas com diferentes culturas possuem igual valor e dialogam entre si construindo novos saberes a partir da *inteligência cultural*. Consideramos que esta diversidade de culturas seja salutar, sem que haja uma cultura melhor que a outra. A presença da diversidade humana na sociedade resulta na multicultural, no sentido de que toda cultura é plural. Um comportamento multicultural significa reconhecer o pluralismo cultural, aceitar a presença de idéias de várias pessoas, e por consequência, de diferentes culturas.

A gestão democrática nas escolas que são Comunidades de Aprendizagem tem sido garantida pela *comissão gestora*. Esta deve ser formada pela direção, coordenação, professores, funcionários, pais, alunos e representantes das *comissões mistas*⁴. Não há paridade e nem representatividade para formar esta comissão, o critério para os interessados em participar é ser integrante de algum trabalho de aprendizagem dialógica (comissões mistas), ou ser da comunidade escolar e/ou da comunidade de entorno. Nessa perspectiva, a instituição trata os familiares e voluntários como sujeitos que compõem o seu espaço, assim como os alunos, funcionários, professores, etc. Deve superar a concepção de que as administrações e os especialistas entendem o que é bom e o que não é para a escola.

COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM: PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES E DOS SEUS FAMILIARES

No eixo Gestão Escolar, foco deste relato, o que se refere ao processo metodológico, do ponto de vista quantitativo foram previstas a preparação e a aplicação de dois questionários de caracterização socioeconômica: um para os estudantes, e outro para os seus familiares. Buscamos delinear, na visão destes estudantes e seus familiares, o que estes entendiam por participação, a fim de captar os aspectos transformadores da realidade destas escolas C.A.

Segundo Gómez (2006), mediante a categoria da intersubjetividade, a investigação torna-se comunicativa porque supera a dicotomia objeto/sujeito, ao mesmo tempo, também é crítica porque parte da capacidade de reflexão e de auto-reflexão dos indivíduos e da sociedade. Por meio desta metodologia a investigação se abre em torno do diálogo entre o

investigador e os participantes da pesquisa para dar respostas a questões da sociedade contemporânea, na perspectiva de uma sociedade dialógica. (GÓMEZ, 2006).

Para alcançarmos os objetivos desta investigação, nos propomos a elaborar tanto o questionário, quanto as entrevistas, por meio do diálogo igualitário. Assim, nas ACIEPEs, professores e gestores das escolas municipais, professores da universidade, alunos bolsistas, etc. puderam estabelecer critérios de escolha para as questões mais pertinentes. Após a compilação destes resultados, agendamos um retorno com os participantes da pesquisa com a intenção de propiciar a análise destes resultados, em conjunto. Estas conversas aconteceram separadamente, por segmentos: estudantes e familiares; e por escolas. Nestes grupos de discussão abordamos as seguintes temáticas: as formas de participação (o que eles entendem por participação); as ações da escola para facilitar esta participação; e o grau de participação nas escolas (categorias: participo bastante, às vezes, pouco e não participo).

Na aprendizagem dialógica, cada sujeito mobiliza compreensões sobre a vida e o mundo, repensando sobre a sua cultura e as demais. A idéia é que com mais liberdade o indivíduo pode se relacionar e desenvolver com a certeza de que vários processos que ocorrem com ele, também acontecem com outras pessoas, ou não, criando respeito aos diferentes modos de vida, ou como define Freire (1994), a unidade na diversidade. Com os dados quantitativos, pudemos caracterizar os estudantes e seus familiares (respondentes dos questionários), das três escolas C.A. que enumeramos como escola 1, escola 2 e escola 3.

Nas respostas da escola 1, obtivemos, na visão destes familiares, 38,10% de quem “participa bastante”, e 38,10% de quem “participa às vezes”; a soma destas duas categorias totaliza **76,02%**. Com relação aos estudantes, nas suas percepções, afirmam que 57,83% e “participa bastante”, e 18,07% “participa às vezes”; totalizando **75,9%**. Para os familiares, em sua maioria, participar é comparecer às reuniões de pais, falar com a professora quando necessário, ajudar os filhos nas atividades e comparecer aos eventos. Apenas um familiar do 3º ano, declarou que “participar” é ajudar como voluntário nos grupos interativos. A maioria dos estudantes entende que participar significa fazer parte de algo (lição, brincando, ajudando a professora etc.) dentro da escola.

Nas respostas da escola 2, obtivemos, na visão destes familiares, 32,56% de quem “participa bastante”, e 41,86% de quem “participa às vezes”; a soma destas duas categorias totaliza **74,42%**. Com relação aos estudantes, nas suas percepções, afirmam que 46,99% e “participa bastante”, e 25,30% “participa às vezes”; totalizando **72,29%**. Para os familiares,

em sua maioria, participar é comparecer às reuniões de pais, falar com a professora quando necessário, ajudar os filhos nas atividades e comparecer aos eventos. Para dois familiares do 2º ano, encontramos declarações referentes ao “participar” como um processo coletivo, como: ajudar como voluntário; nas atividades do CA (principalmente, grupos interativos) e na Comissão Gestora. A maioria dos estudantes entende que participar significa fazer parte de algo (lição, brincando, escrevendo etc.) dentro da escola.

Nas respostas da escola 3, obtivemos, na visão destes familiares, 35,13% de quem “participa bastante”, e 28,38% de quem “participa às vezes”; a soma destas duas categorias totaliza **63,51%**. Com relação aos estudantes, nas suas percepções, afirmam que 47,91% e “participa bastante”, e 38,54% “participa às vezes”; totalizando **86,45%**. Para os familiares, em sua maioria, participar é comparecer às reuniões, quando necessário, ajudar os filhos nas atividades e comparecer aos eventos. Para dois familiares da 4ª série, encontramos declarações referentes ao “participar” como um processo coletivo, como: ajudar como voluntário; e no Conselho de escola. A maioria dos estudantes entende que participar significa fazer parte de algo (estudando, participando de eventos promovidos pela escola, ajudando a professora etc.) dentro da escola.

Na visão da maioria dos familiares, das três escolas, participar é vir às reuniões. Mas, na interação, nos grupos de discussão, revelaram que participar também, significa fazer parte da vida (inclusive a escolar) do seu filho. Mesmo aqueles que não podem comparecer nas reuniões, participam de outras formas, como: mandando sugestão por bilhetes, acompanhando as tarefas dos filhos etc. Os obstáculos estão relacionados ao tempo disponível e à vontade de participar, por parte dos familiares, à falta de flexibilidade de horários das reuniões e à necessidade de uma maior comunicação entre familiares e escola. Na visão dos estudantes o que os impede eles de participarem mais das tomadas de decisões está relacionado com a falta de atividades e projetos motivadores na escola.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nesta investigação entendemos que há distintas formas de participação nas escolas e o exercício pleno destas possibilitam à comunidade maior inserção nos processos democráticos de nossa sociedade. Quando esta participação está pautada na ação comunicativa e as pessoas têm possibilidades de promover um diálogo igualitário dentro das escolas, há um ganho

riquíssimo na aprendizagem das crianças, pois a comunidade externa pode contribuir com a equipe escolar, com seus saberes e experiências para a promoção de uma educação de qualidade. Comunidades de Aprendizagem tem como proposta possibilitar mais diálogo, ou a “descolonização do mundo da vida” (HABERMAS, 1987), no sentido de construir uma escola que receba todas as pessoas e que considere o entendimento da realidade de cada um, proporcionando um ensino de qualidade. Freire (2006), nos alerta que a relação dialógica é percebida como uma prática fundamental à natureza humana e à democracia:

A dialogicidade não pode ser entendida como instrumento usado pelo educador, às vezes, em coerência com sua opção política. A dialogicidade é uma exigência da natureza humana e também um reclamo da opção democrática do educador. (ibidem, 2006, p.74)

Urge a necessidade de processos emancipatórios de educação conduzidos pelo diálogo e pela reflexão; e segundo Beck e Giddens (1997), que estes permitam novas formas organizacionais, mais democráticas. Para Saso (2001), a proposta de Comunidades de Aprendizagem deve ter a família como um elemento extremamente importante no processo de transformação, suprimindo os problemas educacionais a partir de suas carências. O ambiente escolar deve mudar a relação oposta que sempre existiu entre familiares e equipe da escola, promovendo espaços para a participação de pais e dos voluntários na escola, de modo a estabelecer o diálogo igualitário. Assim, a idéia é de promover debates em que os sujeitos (independente de sua posição social) construam juntos os currículos, e tanto educadores como educandos aprendam. Nessa perspectiva, o espaço escolar passa a ser um ambiente de ação comunicativa, formando indivíduos críticos e participativos, portanto, fazendo parte, sendo parte e tomando parte de tudo que diz respeito à instituição.

Apesar do discurso da gestão escolar ser relacionado algumas vezes a gestão democrática, sabemos que os espaços coletivos e dialógicos nos processos escolares ainda estão se formando. Toda uma cultura brasileira de não participação e de medo ainda se faz presente nas nossas relações sociais. As famílias participantes da pesquisa afirmaram, em sua maioria, não fazer parte de sindicatos ou de ter ligações políticas (com movimentos políticos). Os tabus e preconceitos, também são significativos, principalmente com relação aos sujeitos que se manifestam ou que questionam muito, pensando em um país que permaneceu sob regime de ditadura militar e repressão por mais de vinte anos.

As escolas C.A. intencionam essa participação, provocando nas pessoas envolvidas a vontade de sempre buscar mais, de aprender mais, de sonhar mais com uma escola melhor.

Compreendemos, por meio desta pesquisa, que a participação está sendo construída, de forma gradual, sendo imprescindível a crença, por todos os componentes de dentro e fora da escola, de que a gestão democrática é viável e que produz resultados. Isso ficou evidente, quando as pessoas (envolvidas nestas unidades escolares) perceberam resultados, e por isso foram aderindo aos poucos algumas condutas, modificando as relações interpessoais entre todos da equipe escolar e da comunidade local com mais respeito, responsabilidade e solidariedade.

NOTAS

¹ Nesta formação participam não só professores e alunos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mas também professores e gestores das três escolas municipais que são Comunidades de Aprendizagem.

² ACIEPE é a sigla usada para Atividade Curricular de Integração Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atendendo ao tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão, as ACIEPEs são atividades que tendem a reunir professores e alunos de distintas áreas do conhecimento, assim como pessoas da comunidade. Para maiores informações ver: <http://www.ufscar.br/ACIEPE/index.php>

³Accountability é recente no vocabulário político brasileiro. De origem inglesa é associado à transparência, à prestação de contas e à responsabilização.

⁴ As Comissões mistas são formadas por integrantes dos grupos que trabalham com a aprendizagem dialógica na escola, como: tertúlia literária, biblioteca tutorada, grupos interativos, etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, U; GIDDENS, A; LASH, S. *Modernização reflexiva. Política, transición y estética em el orden social moderno*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1997.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo-SP: Imprensa Oficial. (revisada e atualizada até março/2001), 2001.

_____. Câmara dos Deputados. LDB – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96*. 4.ed., Brasília: Câmara dos Deputados, 2007.

CASASSUS, Juan. *A escola e a desigualdade*. Trad. Lia Zatz. Brasília: Plano Editora, 2002.

FERREIRA, Naura; AGUIAR, Márcia. *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2000.

FLECHA, R. *Compartiendo palabras: el aprendizaje de las personas adultas a través del diálogo*. Barcelona: Paidós, 1997.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *A educação na Cidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

_____. *Cartas a Cristina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *À sombra de uma mangueira*. 8ª Ed. São Paulo: Ed. Olhos d'Água, 2006.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. Petrópolis: Vozes, 2001.

GÓMEZ, J.; LATORRE, A.; SÁNCHEZ, M.; FLECHA, R. *Metodología comunicativa crítica*. Barcelona: El Roure, 2006.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de La Acción Comunicativa*. Vol.II Racionalidad de La acción y racionalización social. Madrid. Taurus, 1987.

LUIZ, Maria Cecília; CONTI, Celso. Políticas Públicas e Gestão Democrática: o funcionamento do conselho escolar no sistema municipal de ensino. *Educação: teoria e prática*. V17, nº 29, Jul/Dez. P.33-50, 2007.

MELLO, Roseli R. *Comunidades de Aprendizagem: contribuição para a construção de alternativas para uma relação mais dialógica entre a escola e grupos de periferia urbana*. Relatório de pesquisa: Pós-doutorado junto ao centro de investigação Social e Educativa (CREA). Barcelona/Espanha. FAPESP, 2002.

_____. *Comunidades de Aprendizagem: Democratizando relações entre escola e comunidade*. São Paulo: ANPED, 26ª reunião anual. GT: Movimentos Sociais. Meio digital: <http://www.anped.org.br/26/trabalhos/roselirodriguesdemello.rtf> (Acessado em 9 de outubro de 2007).

SASO, Carmen Elboj. *Comunidades de Aprendizaje – um modelo de educación antirracista em La Sociedad de La Información*. Tesis doctoral. Programa de Doctorado: Estructura y Cambio Social. Departamento de Teoria Sociológica, Filosofia Del Dret i Metodología de les Ciències Socials, Universidad de Barcelona, 2001.